Criar bibliotecas infantis que permitam a pais e filhos lerem juntos

Chan Chi Weng

1/7/2021

Macau sempre teve falta de espaços para pais-e-filhos para leitura de lazer e diversão. Por exemplo, existem apenas cinco bibliotecas públicas, sob a gestão do Instituto Cultural (IC), na Zona Norte, uma área densamente povoada, com 250 mil habitantes. Essas bibliotecas públicas são de pequena dimensão e, basicamente, apenas prestam serviço de empréstimo de livros. A sua área diminuta não permite que as pessoas continuem a leitura no interior, e muito menos que pais e filhos possam ler juntos. A salvaguarda do direito das crianças à saúde, educação, sobrevivência e desenvolvimento e o empenho em criar uma sociedade amigável e amiga das crianças são partes essenciais da "Convenção sobre os Direitos da Criança", e o direito das crianças à leitura é fundamental. Portanto, é extremamente importante criar bibliotecas infantis que permitam a pais e filhos lerem juntos, a fim de promover o desenvolvimento infantil.

Por isso, tenho três sugestões:

1. Considerar devidamente o planeamento ou a utilização de terrenos não aproveitados para obter áreas de espaço necessárias à instalação de bibliotecas públicas na Zona Norte e, mesmo em toda a cidade, para atender às necessidades de leitura da população e à sua procura de conhecimento;

2. Com base em dados demográficos da Zona Norte, realizar estudos sobre o espólio bibliográfico e os recursos das bibliotecas da Zona Norte para melhor atender às necessidades de serviços de biblioteca dos diferentes grupos sociais. Por exemplo, planear as bibliotecas da zona da Ilha Verde, da ZAPE e de Seac Pai Van, tomando como referência as bibliotecas da zona da Areia Preta e da Taipa, criar bibliotecas infantis e áreas de livros infantis com base nas condições reais e convidar profissionais para realizar palestras e acções de formação sobre leitura entre pais e filhos e sobre o desenvolvimento infantil;

3. Aproveitar integralmente os recursos existentes, incluindo bibliotecas e centros de leitura que sejam propriedade das instituições de ensino superior, de escolas e de

associações, entre outros, e criar um centro de tratamento de assuntos relativos à utilização das bibliotecas, de modo a fornecer serviços e locais de biblioteca à população para atender às suas necessidades.

Espera-se que o governo possa dar mais importância às bibliotecas públicas, pelo seu papel e função de providenciar momentos de lazer e como plataformas importantes de aquisição de conhecimento do público, e também pelo seu papel indispensável na formação de quadros qualificados e na saúde comunitária. O governo deve optimizar as bibliotecas públicas para atender às necessidades específicas da população.